

ATA DE REUNIÃO

Aos vinte dias do mês de março de 2024, por volta das 14h10, realizou-se a reunião presencial no CEFAP, localizado na Rua Francisco Barbosa, 1480, Cidade Nova, com seguintes participantes Dr. Eduardo Antoniete Campanaro (Procuradoria Geral do Município), Neide Aparecida Souza Lopes (Secretaria de Finanças), Petersson Alves Faciroli (Secretário de Administração e Recursos Humanos), Luís Fernando do Nascimento (representante do Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos Municipais de Franca e Região), Gilson Donizete Pelizaro, Lourdes Aparecida Granzotte e Daniel Bassi (Comissão de Vereadores). Estiveram presentes os Senhores Cirineu Antonio Carlos e Guilherme Menezes (assessores dos vereadores). Iniciada a reunião, o Senhor Gilson afirmou que após o protocolo do projeto na camara, o Senhor Presidente do Sindicato solicitou a palavra, momento em que foi esclarecido aos vereadores que não havia sido findado um acordo. Que então os vereadores entenderam que não solicitariam regime de urgência para o projeto, momento em que, após a sessão, entraram em contato com o Senhor Prefeito. Que o papel dos vereadores seria intermediar a negociação, mas não estão aqui para cancelar nenhum acordo coletivo. Dr. Eduardo então agradeceu a Comissão de Vereadores, representados por Gilson, Daniel e Lourdes, momento em que afirmou que é muito importante esse diálogo. Dr. Eduardo então disse que ficou triste com o que foi falado por Fernando e por isso fez alguns levantamentos para apresentar nessa reunião. Dr. Eduardo informou que cada município tem sua peculiaridade. Dr. Eduardo então afirmou que Fernando afirmou que em 2024 Pedregulho teria apresentado aumento real, porém em análise do que foi concedido naquela cidade, nos anos de 2022, 2023 e 2024 Pedregulho teria apresentado um reajuste 27,16% enquanto Franca teve 30,51%. Dr. Eduardo afirmou que cada município apresenta o reajuste anualmente de acordo com suas peculiaridades. Dr. Eduardo afirmou que Franca olha para o servidor com carinho e respeito, porém no presente ano Franca apresenta condições que não permitem maiores reajustes. Dr. Eduardo informou que houve uma reforma na Constituição, em que trouxe uma limitação, através do artigo 167-A e 163. Dr. Eduardo afirmou que se faz necessário se atentar a sustentabilidade da dívida pública. Que ano de 2023 passamos a ter alertas do Tribunal de Contas em que o Tribunal está emitindo alerta de que a Prefeitura de Franca estaria dentro da porcentagem limite estabelecido pela lei. Que dentre as medidas que a Prefeitura de Franca deve adotar é não conceder nem a correção do índice, além de não contratar e não repor os servidores que saíram. Que em respeito ao servidor, o Prefeito encaminhou um projeto de lei para a camara para traçar a forma como tratará do que consta no apontamento do TCE referente ao artigo 167-A e, ainda, encaminhou o projeto de lei para a camara para conceder a revisão geral anual. Dr. Eduardo informou que o Prefeito poderia baixar um decreto para não conceder nem a correção, porém em respeito ao servidor, o Prefeito encaminhou o projeto para concessão da revisão geral anual. Dr. Eduardo falou a Fernando que

não falta vontade política, momento em que Fernando informou que falta vontade política. Dr. Eduardo informou que o saldo de despesas e receitas tem que dar zero e, assim, se a Prefeitura de Franca conceder mais de 3,86% aos servidores teria que ser retirado de outros locais. Fernando questionou a porcentagem que estaria sinalizando a folha de pagamento, momento em que Neide afirmou que seria 44%. Porém Neide informou que não seria apenas essa limitação pois temos outras limitações. Dr. Eduardo informou que o encaminhamento das emendas para as Secretarias de Saúde, Centros Esportivos e outros é importante pois as políticas públicas estão sendo desenvolvidas. Dr. Eduardo informou que o Sindicato é órgão representativo do servidor e os seus representantes estão abaixo da instituição. Dr. Eduardo informou que diante de uma situação real, não é possível. Fernando informou que falta vontade política. Fernando questionou qual o índice que reajustou os tributos, momento em que foi esclarecido que seria 4,00% aproximadamente. Neide informou que os fatos precisam ser melhor esclarecidos, uma vez que são questionados valores isolados, não sendo analisado o valor total. Que o gasto de folha de pagamento por mês é de aproximadamente 38 milhões sendo que o valor arrecadado com IPTU não dá para o pagamento de nem três folhas de pagamento. Neide informou que o ano passado foi muito melhor, porém havia possibilidade de conceder algo melhor. Neide informou que enquanto servidora não se sentiu representada no ano de 2020, já que Fernando não correu atrás de tal concessão. Que a Câmara, na ocasião, representada por outros vereadores, retiraram o artigo 1º do projeto. Dr. Eduardo informou que a Prefeitura de Franca está concedendo o que é possível diante dos apontamentos do TCE. Lurdinha informou que o índice de 3,86% é pouco para o servidor. Neide informou que no projeto de lei orçamentária encaminhado para a Câmara no ano passado foi estimado o valor de 6% para reajuste dos servidores, porém Neide afirmou que é uma estimativa, o que foi afirmado também pelo vereador Gilson Pelizaro. Petersson informou que na primeira reunião já foi falado sobre o artigo 167-A. Fernando questionou porque não se tira os valores das verbas de Gabinete, momento em que Neide e Dr. Eduardo informaram que precisa ser analisado o valor total. Neide informou que se não tivermos segurança na concessão de outros valores é prejuízo ao servidor, já que pode acontecer da Prefeitura não conseguir realizar o pagamento das folhas de pagamento. Fernando informou que a Prefeitura tem servidores competentes e o que precisa é fazer o que precisa ser feito. Gilson informou que remoer as experiências que não deram certo, não trará benefícios aos servidores. Gilson informou que os repasses se alteraram e a composição orçamentaria mudou muito. Gilson informou que o per capita da época mudou muito do que acontece hoje. Gilson informou que a Câmara só entrou na discussão quando o projeto foi protocolado na Casa de Leis e, assim, a "bomba", caiu para que os vereadores apreciassem. Gilson informou que Fernando deve solicitar que as discussões comecem antes, pelo menos quatro meses antes. Gilson então informou a Fernando que a discussão tem uma

radicalização muito forte das duas partes. Gilson informou que a Câmara não quer adotar papel do Sindicato, porém quer entender melhor. Que Daniel Bassi chegou a solicitar um reajuste melhor no vale alimentação, porém não foi possível acolher. Gilson informou que a administração poderia pensar na concessão de pelo menos algo melhor no vale alimentação, pois há famílias que vivem do vale alimentação. Gilson questionou se a concessão de R\$ 100,00 por servidor daria um valor muito alto, momento em que Neide informou que daria um gasto que neste momento não dá para ser comprometido. Que Gilson fez a comparação de que já foi dado R\$ 37,00 e para os R\$ 100,00 daria uma diferença de R\$ 60,00. Lourdinha informou que o servidor não está satisfeito com o reajuste de 3,68%, porém se o projeto de lei não for aprovado, o servidor fica sem falta abonada, recesso escolar, vale alimentação, café da manhã. Neide informou que a posição é técnica e não política. Daniel Bassi informou que a Comissão de Vereadores esteve com o Prefeito, porém a parte técnica informou que não é possível concessão de maiores valores por conta do artigo 167-A. Daniel informou que está tentando conciliar, pois a Comissão precisa intermediar a negociação. Daniel informou que a votação precisa acontecer, pois a não votação traria resultados catastróficos para o próprio servidor. Gilson questionou se não daria para dar um pouco mais no vale alimentação, momento em que Neide informou que não, pois no mês representaria muito. Neide informou que 150,00 no mês daria um valor de 9 milhões no ano. Lourdinha então questionou se não daria para a concessão de um valor de R\$ 1100,00 no vale alimentação. Fernando informou que Franca sempre apresentou a inflação e não houve aumento real nos últimos anos. Neide apresentou o relatório de alerta do TCE no qual apresenta o alerta do artigo 167-A. Neide informou que o ano passado além de todas as reposição ainda foi concedido um valor de aumento real. Petersson informou que em 2022 foi concedido 28,33% e em 2023 23,38% no vale alimentação. Neide informou que o percentual na alimentação foram inferiores ao 3,86% oferecidos. Que Franca ofereceu o índice geral de 3,86%. Petersson informou que o cartão alimentação foi solicitado para auxiliar os servidores que seus vencimentos sejam baixos. Dr. Eduardo informou que a Prefeitura não acolheu o que foi apresentado pelo Sindicato relacionado ao banco de horas, porque precisa ser respeitada a CLT, pois a jornada de 12x36 não pode ter banco de horas. Dr. Eduardo informou que o que não foi aceito foi porque mesmo com acordo coletivo, o Sindicato poderia entrar com ação judicial. Fernando disse que o Dr. Eduardo está mentindo porque o Sindicato entra com ação apenas a partir de oito horas, quando não tem acordo coletivo. Dr. Eduardo informou que outros advogados já ingressaram com ação judicial. Fernando solicitou que Gilson proponha algo, momento em que Gilson solicitou que o Prefeito verifique se é possível analisar, até na próxima segunda-feira, para recalcular o vale alimentação, sendo designada outra reunião para próxima segunda-feira. Daniel Bassi, Gilson e Lourdinha solicitaram um maior reajuste no vale alimentação. Neide informou que não garante a concessão de nenhum valor, porém a Comissão



se compromete a analisar e reunir na próxima segunda-feira. Fernando informou que é necessário a votação na próxima terça-feira. Fernando solicita do Município a análise de não realizar o desconto do dia dos servidores que estiveram presente na paralisação ocorrida no dia 18/03/2024, o que será avaliado. A proposta da Câmara de Franca é de agendar reunião para próxima segunda-feira, porém a parte técnica da Secretaria de Finanças, através da servidora Neide afirma que não queremos abrir nenhuma expectativa. Dr. Eduardo afirmou que a Secretaria de Finanças realizará novos cálculos para verificar se é possível avançar, sendo designada nova reunião na segunda-feira, às 14h30. Nada mais havendo a comentar deu-se por encerrada a presente reunião, às 15h30, foi lavrada a presente ata, pela servidora Ana Flávia Silva de Souza, que após lida e discutida será assinada pelos presentes à reunião.

Nome	Representação
Petermann Alves Fandi	SAMA
Daniel B. B. B.	CÂMARA MUNICIPAL
Opinista R. R. R.	Camila A. A.
Luís F. F. F.	SINDICATO
Gracina S. S. S.	Câmara Municipal
Guilherme Henrique Menezes	Câmara Municipal
Leandro C. C. C.	Opinista
Eduardo A. A. A.	Jurídico
Neide A. A. A.	Sec. Finanças